

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXV - Nº 6228 - QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2018



BB AINDA NÃO MARCOU NEGOCIAÇÃO SOBRE A CASSI

Após mobilização da esmagadora maioria dos associados da Cassi contra as mudanças no estatuto da Caixa de Assistência, o Banco do Brasil não reabriu e nem deu previsão sobre a retomada das negociações. Ao invés de ouvir os funcionários, o banco amedronta-os.

A diretoria da Cassi divulgou um comunicado interno informando que irá contingenciar despesas, rever programas de saúde e escolher quais prestadores de serviços serão pagos. Uma forma de propagar o caos, complicando ainda mais a situação, já que os associados podem demandar procedimentos que poderiam esperar, com medo da interrupção de serviços.

O comunicado deixa um tom em que dá a entender que os gestores da entidade estão pedindo intervenção da ANS.



Porém, esquecem que as despesas da Cassi estiveram contingenciadas por cerca de dois anos, sem comprometer a normalidade no atendimento.

Os associados continuam na luta para que a direção do BB e seus prepostos na Cassi entendam que não vão aceitar a proposta de alterar a governança da entidade.

Eles desejam uma solução rápida e não se furtarão a debater o custeio da Cassi, desde que o banco arque com a sua parte e não queira repassar a conta aos associados. (SBBA)

PARA MANTER PADRÃO, AUTÔNOMO TRABALHA DOBRADO

Fruto da política de austeridade e do desemprego, os trabalhadores recorrem ao trabalho autônomo para garantir subsistência. Mas se engana quem pensa que isso é sinônimo de comodidade. Segundo pesquisa Datafolha, é necessário trabalhar o dobro para manter o mesmo salário e os benefícios da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Os dados revelam que 12,7 milhões de pessoas foram empurradas para fora do mercado formal desde o golpe. O número de autônomos saltou de 22,2 milhões em agosto de 2016 para 23,3 milhões no mesmo mês de 2018. Desejo de muitos, solução para outros. Em ambos os casos o erro mais comum é se iludir com os ganhos brutos elevados.

O custo extra que mais pesa no orça-



mento dos informais é o plano de saúde. Se antes era custeado pelas empresas, agora é pago integralmente pelo trabalhador. Muitos também esquecem que não terão mais contribuição do FGTS, 13º salário e ganho de um terço de férias.

É necessário ao trabalhador fazer um planejamento, já que precisará trabalhar mais para compensar as perdas dos benefícios garantidos pela lei no regime CLT.

Fonte: SBBA

SAÚDE CAIXA AUTORIZADO A ACEITAR NOVOS USUÁRIOS



Depois de ser suspenso pela ANS (Agência Nacional de Saúde Complementar), o Saúde Caixa está novamente autorizado a aceitar novos usuários. A regularização só veio com intensa cobrança do movimento sindical e do Conselhos de Usuários, para que o banco melhorasse a estrutura da Central de Atendimento, reduzindo, desta forma, o número de reclamações.

O convênio médico dos empregados da Caixa foi suspenso pela ANS em agosto, após inúmeras queixas sobre o atendimento. Os problemas começaram depois de o banco reestruturar a GIPES, terceirizando todo o atendimento, fechando as portas para o relacionamento com os usuários.

Pelo Monitoramento da Garantia de Atendimento, no momento, não há nenhum produto da Caixa com comercialização suspensa. Feita a cada três meses, a avaliação da ANS é baseada nas reclamações de usuários sobre os problemas relacionados à cobertura assistencial, como negativas de atendimento ou descumprimento de prazos máximos para a realização de consultas, exames e cirurgias.

Segundo consta na ANS, depois de ter passado mais de seis meses no topo da lista de reclamações, atualmente o Saúde Caixa ocupa a segunda posição, com índice de 7,04. O PoStal Saúde, dos Correios, está em primeiro lugar. A média geral do setor é 2,66.

Fonte: SBBA

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: AMAURY

Tarde: RICARDO



ELEIÇÕES 2018**PARLASUL GARANTE QUE URNA BRASILEIRA NÃO É PASSÍVEL DE FRAUDE**

Entre os dias 5 e 7 de outubro, o Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul (ODPM) participou do programa para visitantes internacionais sob convite do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. Após observar o processo eleitoral brasileiro, um dos membros da delegação internacional afirmou que a urna eletrônica é “um sistema onde não há forma de cometer fraudes e é a expressão genuína dos povos”.

O ODPM participou pela segunda vez do programa, a primeira foi para acompanhar as eleições gerais de 2014. Este ano, 36 participantes entre magistrados, parlamentares e altos funcionários de órgãos eleitorais, seguiram de perto o processo eleitoral brasileiro. Em total, haviam representantes de 14 países.

Os parlamentares paraguaios Pedro Milcíades Duré e José Manuel Torres representaram o Observatório da Democracia, participando em seminários sobre o quadro político geral brasileiro, o funcionamento do sistema de financiamento eleitoral e o processo de voto eletrônico.



No domingo (7), dia das eleições, os representantes foram a distintas seções eleitorais para acompanhar a votação, também puderam acompanhar a votação paralela no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) e assistiram ao encerramento das urnas no TSE.

Ao ser consultado pela Agência Parlasul, o parlamentar José Manuel Torres (Paraguai) declarou que “o processo pelo qual chegaram à utilização das urnas eletrônicas, (...) é um sistema onde não há forma de cometer fraudes e é a expressão genuína dos povos. No domingo participamos da abertura dos locais de votação. Também visitamos distintos lugares de votação, acompanhamos o encerramento da votação e posteriormente na reunião de imprensa do TSE”.

Também felicitou a “idoneidade demonstrada pelas delegadas de mesa, e a festa democrática que viveram os brasileiros da qual fui partícipe, como observador do Parlamento do Mercosul”, finalizou o Parlamentar.

Mais de 147 milhões de eleitores estiveram habilitados para votar no primeiro turno das eleições de 2018, o processo eleitoral ocorreu com tranquilidade.

Do Portal Vermelho, com Diálogos do Sul

REFORMA TRABALHISTA NÃO MELHORA CONTRATAÇÕES

Às vésperas de completar um ano, a reforma trabalhista não resultou em melhorias e, em muitos casos, piorou a situação para grande parte dos pequenos e médios empresários do país em relação a contratações ou demissões.

De acordo com o levantamento do Insper, 61% dos empreendedores afirmam que a nova lei, que está em vigor desde novembro de 2017, não teve nenhuma influência ou influenciou negativa ou muito negativamente na qualidade das decisões de contratação ou demissão de empregados.

Os dados reafirmam que o discurso do governo Temer para aprovar a reforma, de que facilitaria as contratações, combateria o desemprego e ajudaria a economia, sempre foi falso.

Entre as mudanças causadas pela lei, a criação do trabalho intermitente, em que o trabalhador pode ser contratado somente por período específico, termo anual de quitação de débitos trabalhistas (protege a empresa de sofrer ações), jornada diária maior e demissão por comum acordo.

Vale lembrar que antes da reforma, o governo também aprovou a lei da terceirização irrestrita. A prática só era permitida em atividades que não tinham relação com o negócio central da empresa, a exemplo da limpeza e segurança. (SBBA)

